

CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº, DE 2021 (Do Sr. Coronel Chrisóstomo)

Requer a realização de Mesa Redonda, na cidade de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, para debater o PL nº 191, de 2020 – Mineração e Aproveitamento de Recursos Hídricos em Terra Indígena.

Senhor Presidente,

Solicito a Vossa Excelência, com base no art. 24, inciso III, combinado com o art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização, no âmbito desta Comissão de Minas e Energia, de Mesa Redonda, destinada a discutir o Projeto de Lei nº 191, de 2020.

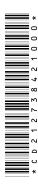
Para esta Mesa Redonda sugiro os seguintes convidados:

- 1. Representante do Ministério de Minas e Energia.
- 2. Representante da Agência Nacional de Mineração.
- 3. Representante da Agência Nacional de Energia Elétrica.
- 4. Representante da Fundação Nacional do Índio FUNAI.
- 5. Representante da Procuradoria da República no Estado de Rondônia.

JUSTIFICAÇÃO

O PL nº 191, de 2020 pretende regularizar o art. 176 e § 3º do art. 231 da Constituição Federal. De autoria do Poder Executivo, o PL tramita desde fevereiro de 2020 nesta Casa e é revestido de muita polêmica, por, supostamente, retirar direitos dos povos indígenas.







CÂMARA DOS DEPUTADOS

Porém, não é disso que se trata. A própria Carta Magna brasileira prevê a possibilidade das atividades econômicas de mineração e aproveitamento de recursos hídricos para potenciais energéticos em terras indígenas, desde que: i) previamente regulamentadas por lei federal; ii) oitiva das comunidades indígenas; iii) participação das comunidades nos resultados da lavra.

Assim dispõe a nossa Constituição Federal:

Art. 231. São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

...

§ 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficandolhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei.

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

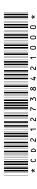
...

XVI - autorizar, em terras indígenas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais;

Art. 176. As jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo, para efeito de exploração ou aproveitamento, e pertencem à União, garantida ao concessionário a propriedade do produto da lavra.

§ 1º A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento dos potenciais a que se refere o "caput" deste artigo somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa constituída sob as leis brasileiras e que tenha sua sede e administração no País, na forma da lei, que estabelecerá as





Apresentação: 02/08/2021 17:11 - CME



CÂMARA DOS DEPUTADOS

condições específicas quando essas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terras indígenas.

Entende-se que a não regulamentação da matéria, além de insegurança jurídica, traz consequências danosas para o País, tais como: não geração de conhecimento geológico, potencial de energia, emprego e renda; lavra ilegal; não pagamento de compensações financeiras e tributos; ausência de fiscalização do aproveitamento de recursos minerais e hídricos; riscos à vida, à saúde, à organização social, costumes e tradições dos povos indígenas; conflitos entre empreendedores e indígenas.

O PL regulamenta atividades que, na prática, já ocorrem na clandestinidade, o que gera inúmeros problemas e conflitos não só para os indígenas, mas para a sociedade como um todo.

Portanto, esta Casa tem um papel de muita responsabilidade para analisar a visão das principais autoridades representativas dos setores impactados, visando um amplo debate que venha a viabilizar a aprovação de um projeto de importância ímpar para o nosso País.

Diante de todo o exposto, conto com a aprovação dos nobres pares para aprovar o requerimento de realização de Mesa Redonda para debate do PL nº 191, de 2020.

Sala de Sessões, de de 2021.

CORONEL CHRISÓSTOMO Deputado Federal PSL/RO



